



Mais de um milhão de pessoas depende deste "posto de urgência"

Hospitais querem passar para INPS

"Transfere-se, de preferência para o INPS, os hospitais públicos da Baixada Fluminense, todos eles com equipamentos razoáveis e clientela garantida de mais de 1 milhão de pessoas."

Esse seria o texto de um anúncio hipotético das Prefeituras de Nilópolis e Caxias, únicas que mantêm hospitais na região, a julgar pelas dificuldades alegadas e pelo empenho com que, de fato, tentam passar os encargos para aquele Instituto.

NILÓPOLIS

O município de menor arrecadação da Baixada é o único que mantém quase que totalmente com recursos próprios um hospital para atendimento médico geral. De Cr\$ 13 milhões arrecadados, mais de Cr\$ 3 milhões são destinados à manutenção do hospital, que dispõe de 152 leitos e atende a mais de 300 pessoas por dia (vindas também de distritos de Nova Iguaçu e de Meriti).

O Hospital Municipal não cobra serviços dos atendidos e recebe do INPS a inexpressiva ajuda de Cr\$ 60 mil por mês, que "não dá nem para cobrir despesas de alimentação." E são os segurados do Instituto — por não terem que enfrentar filas nem as deficiências dos postos daquele órgão — os seus clientes mais regulares, em especial no setor de urgência, embora os casos mais complexos sejam transferidos para o Rio.

Segundo cálculo feito pelo médico Getúlio Sessim, diretor do Hospital, só no Pronto-Socorro mais de 40% dos pacientes vêm de outros municípios, índice que às vezes aumenta na Maternidade. Os médicos costumam queixar-se do mecanismo burocrático do INPS, quando se trata de pagar cirurgias de seus segurados feitas pelo hospital, que não raro acaba arcando com as despesas, por isso só se opera quando há risco de vida.

É por essa e outras razões que o Prefeito de Nilópolis, Sr Simão Sessim, manifesta o desejo de passar o hospital — sem qualquer dinheiro de volta, nem pelos equipamentos — para qualquer entidade que tenha idoneidade suficiente para arcar com os encargos, de preferência o INPS.

— A municipalidade não tem condições de continuar mantendo sem ajuda o hospital, dada a imprevisibilidade das despesas que ele acarreta — frisa.

CAXIAS

Para o diretor do Hospital Municipal de Caxias, médico Quintor Café Filho, "tudo vai bem." O hospital também atende a clientes de toda a Baixada em ambulatório, clínica-médica, ginecologia, pré-natal e socorro de urgência. São mais de 200 pessoas por dia, boa parte segurados do INPS. Tem uma equipe de 40 médicos e apenas 62 leitos, 32 dos quais pretende ceder ao INPS sob convênio. Não tem ambulância, apenas um jipe, caindo aos pedaços, mas "tudo vai bem."

Acontece que, para se manter, o hospital cobra tudo dos clientes. Só para o atendimento a taxa é de Cr\$ 10; a aplicação de uma injeção custa Cr\$ 1 e há uma tabela para exames laboratoriais. Médicos e enfermeiros vivem com os salários atrasados (agora de seis meses).

A verdadeira situação do hospital se tra-

duz no apelo que o diretor do Departamento de Saúde e Serviços Sociais da Prefeitura, médico Néelson Rocha, faz ao INPS no sentido de apressar o convênio com a municipalidade, pois no ano passado foram gastos ali Cr\$ 7 milhões, insuficientes para a manutenção. E o mais grave: por falta de verba, o hospital vem mantendo ociosos 30% dos seus leitos, apesar de a procura ser intensa. O hospital precisaria de Cr\$ 5 mil por dia para compra de material e mantimentos.

O Hospital Infantil Ismélia Silveira, municipal também, encontra-se na mesma situação embora seja considerado modelar e, com 82 leitos, atenda a uma média de 8 mil crianças por mês. Para seu diretor, pediatra Moacir do Carmo, seria necessária uma verba anual mínima de Cr\$ 1 milhão.

O PARADOXO

Em Meriti, o maior sonho do Prefeito Denozio Afonso e do diretor do Departamento de Saúde da Prefeitura, médico Eduardo Chediê, é a construção de um hospital público. Assim devem ter começado os hospitais municipais de Nilópolis e de Caxias, hoje em clima de rifa porque é muito mais cômodo e rendoso eleitoralmente manter enorme quadro de pessoal, investir em obras públicas e outras de fachada do que realizar investimentos sociais em saúde e educação, no anonimato e sem retorno de capital.

O médico-vereador (MDB) Jorge Romeiro, de Caxias, lamenta essa situação, particularmente porque tais hospitais públicos, teoricamente sem finalidade lucrativa, são os únicos a que pode recorrer a população indigente da Baixada e os que vivem em regime de subemprego, sem vinculação ao INPS — contingente calculado em torno de 40% da população economicamente ativa. "O que falta é espírito público, isso sim", diz ele. A grande solução para a Baixada, na sua opinião, seria construir-se num ponto de acesso fácil um gigantesco hospital público, nos moldes do Getúlio Vargas.

Nova Iguaçu



Figura dramática da destruição